

ATOS GOLPISTAS

Após reunião, ataque às urnas

Um dia depois do encontro ministerial, o então titular da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, foi à Câmara e levantou suspeita sobre sistema

» EVANDRO ÉBOLI

Um dia depois da reunião de 5 de julho de 2022, na qual o então presidente Jair Bolsonaro atacou o sistema eleitoral e disse a integrantes do governo que era preciso agir antes do pleito, o ministro da Defesa à época, general Paulo Sérgio Nogueira, compareceu a uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara e criticou as urnas eletrônicas.

O assunto da pauta era “prioridades do ministério” para aquele ano, mas o militar tratou de outras temas e disparou contra o sistema eleitoral. Disse aos deputados que não há programa imune a ataques e citou como exemplo o cartão de crédito clonado de sua mulher.

Nogueira foi um dos alvos da busca e apreensão da Operação Tempus Veritatis, da Polícia Federal, na quinta-feira, na investigação sobre a tentativa de se dar um golpe de Estado no país.

“Sabemos muito bem que esse sistema eletrônico necessita sempre de aperfeiçoamento. Não há programa imune a um ataque, imune a uma invasão. Não há! Estão aí os bancos que gastam milhões de reais com segurança”, argumentou aos deputados. “Eu tive meu cartão clonado há três semanas, e minha esposa, no ano passado. Então, isso é fato”, declarou.

Na audiência pública da Câmara estavam presentes outros militares do governo, como o então comandante da Marinha, Almir Garnier, outro alvo da

Reprodução



O general Paulo Sérgio Nogueira em audiência na Câmara, em 6 de julho de 2022: “Não há programa imune a um ataque, imune a uma invasão”

PF na quinta. Ele também duvidou das urnas eletrônicas e afirmou que nenhum sistema está “imune a falhas”.

Na reunião no Planalto, na véspera, Nogueira estava sentado muito próximo de Bolsonaro,

que, apesar do tom golpista do encontro, se dirigiu a ele dizendo que não falava em “providência de força”. E disse ao general: “Não é dar tiro. O Paulo Sérgio, vou botar a tropa na rua? Tocar fogo aí? Metralhar?

Não é isso, p*”.

Ao ouvir o apelo do então presidente por esforços para que o ajudem a ser reeleito, Nogueira afirmou que fazia reuniões semanais com os três comandantes das Forças (Exército, Marinha

e Aeronáutica) para avaliar o que poderia ser feito.

“Estou realizando reuniões com os comandantes das Forças quase que semanalmente. Esse cenário nós estudamos, nós trabalhamos e temos reuniões pela



Estou realizando reuniões com os comandantes das Forças quase que semanalmente. Esse cenário nós estudamos, nós trabalhamos e temos reuniões pela frente decisivas, para ver o que pode ser feito”

Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa, na reunião com Bolsonaro, em 5 de julho de 2022

frente decisivas, para ver o que pode ser feito”, frisou o general.

Ele falou no risco de reações diante de medidas que poderiam ser adotadas. “Reações poderiam ser tomadas para que se possa ter transparência, segurança e condições de auditoria. E que as eleições se transcorram com tranquilidade, como a gente sonha. E, como pelo que a gente vê no dia a dia, terminemos por reeleger o presidente de todos nós.”

Costa Neto continuará detido

» HENRIQUE LESSA

O presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, seguirá preso na carceragem da Superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília, após a audiência de custódia, ontem. O político foi preso em flagrante na última quinta-feira, quando a PF, no cumprimento de um mandado de busca e apreensão na casa dele, encontrou um revólver sem registro e uma pepita de ouro sem documentação de origem.

A audiência de custódia é um procedimento pelo qual todo detido deve passar no prazo de 24 horas após a prisão, mas a audiência não analisa o mérito do caso, apenas confere se todos os procedimentos relacionados com a prisão foram realizados dentro das normas legais e sem a violação dos direitos do preso.

A Operação Tempus Veritatis (hora da verdade, em latim), da PF, tinha contra Costa Neto apenas o mandado de busca e apreensão, que se transformou em prisão em flagrante após a identificação, pelos agentes, dos objetos ilegais. A pepita de ouro, com o peso de 39 gramas, teria origem de garimpo, com o valor estimado em cerca de R\$ 11 mil.

Mas o principal motivo da prisão foi a posse de arma de fogo. Fontes da PF disseram que o revólver tinha um registro, que estava vencido, mas que era em nome do filho do político que não mora na mesma residência do pai. A posse ilegal configura um crime que é, pela atual legislação, inafiançável.

A ação na residência de Costa Neto foi deflagrada para apurar se ele, indicado nas investigações da PF como principal fiador do questionamento do resultado eleitoral pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mantinha documentos que confirmassem as apurações que apontam para a articulação de um golpe de Estado, com o objetivo de manter Bolsonaro no poder. Procura pelo **Correio**, o advogado do

Marcello Casal Jr/Agência Brasi



O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, tinha em casa uma arma de fogo sem registro válido

Jurisprudência

Na quinta-feira, quando a PF deflagrou a operação, a defesa de Costa Neto afirmou que a posse da pedra não configura delito, segundo a própria jurisprudência. Além disso, em nota, apontou que a arma é registrada, tem uso permitido, pertence a um parente próximo e foi esquecida há vários anos no apartamento do líder partidário.

líder partidário, Marcelo Bessa, disse que não ia se **pronunciar**.

Demais presos

Além de Costa Neto, os outros três presos na operação da PF seguem detidos após a audiência de custódia de ontem.

Filipe Martins, ex-assessor especial para assuntos internacionais de Bolsonaro, foi o responsável, segundo as apurações, por entregar a Bolsonaro a minuta do golpe; Marcelo Câmara, coronel da reserva do Exército, foi assessor especial do ex-presidente e atuou, conforme a PF, em investigações paralelas.

Câmara era um dos assessores contratados na cota de ex-presidentes até outubro de

2023, quando se tornou alvo da investigação que apura a venda de joias recebidas como presentes protocolares de governos estrangeiros. Depois do desligamento do grupo de assessores disponíveis aos ex-presidentes, o militar reformado foi contratado como funcionário do PL de Valdemar. Ele está preso na PF em Brasília.

Já Rafael Martins, tenente-coronel das Forças Especiais do Exército, era muito próximo ao tenente-coronel Mauro Cid, que foi ajudante de ordens do ex-presidente especial do ex-presidente e repassar recursos para os movimentos golpistas em Brasília. Ele segue detido no Comando da Artilharia

Divisionária da Divisão do Exército, em Formosa, Goiás.

Marcelo Câmara e Costa Neto, que estão detidos na sede da PF em Brasília, foram ouvidos pelo juiz auxiliar do Supremo Tribunal Federal (STF), e Rafael Martins e Felipe Martins foram ouvidos por videoconferência.

Outro militar com ordem de prisão é o coronel Bernardo Romão Corrêa Netto, mas ele está fora do país desde dezembro de 2022. O militar está missão nos Estados Unidos, participando de um curso no Colégio Interamericano de Defesa, em Washington.

Segundo as investigações da PF, o coronel era o responsável por realizar reuniões com os militares das Forças Especiais, conhecidos como “Kids Pretos”, para atuarem em favor das manifestações que questionavam o resultado da eleição e preparavam o apoio a uma ação golpista.

O Exército ordenou o retorno do militar ao Brasil, mas ainda não tem uma data para a sua chegada. No trajeto dos Estados Unidos até Brasília ele deve ser escoltado por um militar da Força e, após recebido pelos agentes da PF, seguir detido em uma unidade militar em Brasília.

Padre de Osasco pede Pix

O padre José Eduardo de Oliveira e Silva, um dos alvos da operação deflagrada pela Polícia Federal (PF) na quinta-feira, para apurar as articulações de um golpe de Estado, pediu ajuda para adquirir novos equipamentos, já que teve celular e notebook apreendidos.

O sacerdote da Paróquia São Domingos, na cidade de Osasco (SP), publicou no story do Instagram que está incomunicável por “motivos evidentes”. No final da mensagem, o líder religioso, que tem mais de 300 mil seguidores na rede, faz o pedido de um Pix para comprar novos equipamentos.

O padre José Eduardo é um dos alvos na Operação Tempus Veritatis, que apura uma tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados políticos.

O sacerdote foi identificado pela PF como um dos membros a participar de uma reunião em 19 de novembro de 2022 no Palácio do Planalto, ocasião que teria sido discutida uma minuta golpista para impedir a posse de Lula (PT).

Na decisão que autorizou a operação, o ministro Alexandre

de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apontou que José Eduardo de Oliveira e Silva seria integrante do núcleo jurídico do esquema. Ele atuaria no “assessoramento e elaboração de minutas de decretos com fundamentação jurídica e doutrinária que atendessem aos interesses golpistas do grupo investigado”.

Negativa

Também na rede social, o sacerdote ressaltou que, em relação ao referido inquérito, sua posição sobre o assunto é “clara” e “inequívoca”, e disse estar à disposição da Justiça brasileira.

“A República é laica e regida pelos preceitos constitucionais, que devem ser respeitados. Romper com a ordem estabelecida seria profundamente contrário aos meus princípios”, destacou. “Abaixo de Deus, em nosso país, está a Constituição Federal. Portanto, não cooperei nem endossearei com qualquer ato disruptivo da Constituição. Como professor de teologia moral, sempre ensinei que a lei positiva deve ser obedecida pelos fiéis, dentre as quais humildemente me incluo”, acrescentou, em nota.

Reprodução / Redes Sociais



O padre José Eduardo de Oliveira e Silva foi alvo da PF na quinta-feira